

Prouni para o acesso ao curso de medicina: uma análise descritiva

Prouni for access to the medical course: a descriptive analysis

Willer Moravia

Mariana Coelho

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)

Rio de Janeiro - Brasil

Resumo

Este artigo analisa a relação entre o Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o curso de medicina, curso de alto prestígio social e econômico. O Prouni oferta bolsas integrais ou parciais em Instituições de Ensino Superior Privadas. Foi utilizada a abordagem quanti-qualitativa, usando como técnicas: a análise bibliográfica e documental, exploratória e descritiva dos dados contidos na Sinopse da Educação Superior 2019, Demografia Médica no Brasil 2020 e Censo da Educação Superior 2019 e Planos de Dados Abertos Prouni dos anos de 2011 - 2019. Os resultados apontam que embora o programa tenha ampliado a oferta de vagas ofertadas no decorrer dos anos, de 2011 até 2019, o mesmo não ocorreu para o curso de medicina. Conclui-se pela necessidade de maior controle da proporcionalidade da oferta segundo os cursos, de modo a garantir efetivamente a democratização deste nível de ensino.

Palavras-chaves: Prouni; Medicina; Democratização da Educação.

Abstract

This article analyzes the relationship between the Programa Universidade para Todos (Prouni) and the medical course, a course of high social and economic prestige. Prouni offers full or partial scholarships in Private Higher Education Institutions. The quantitative-qualitative approach was used, using as techniques: the bibliographic and documentary, exploratory and descriptive analysis of the data contained in the Sinopse da Educação Superior 2019, Demografia Médica no Brasil 2020 and Censo da Educação Superior 2019 and Planos de Dados Abertos Prouni of the years 2011 - 2019. The results show that although the program has expanded the number of vacancies offered over the years, from 2011 to 2019, the same has not occurred for the medical course. It is concluded by the need for greater control of the proportionality of the offer according to the courses, in order to effectively guarantee the democratization of this level of education.

Keywords: Prouni; Medicine; Democratization of Education.

Introdução

A educação superior, por muito tempo, foi reservada à parcela da população socioeconomicamente mais favorecida. O objetivo desse nível de ensino era formar as lideranças do País. No seu surgimento, no século XIX, não se cogitava a possibilidade de o ensino superior ser mais abrangente e democrático, já que, historicamente, as elites sonegaram a própria dimensão do conhecimento à população economicamente desfavorecida. Até a educação básica era um privilégio de poucos. (HERINGER, 2011).

Com o passar dos anos, observamos o aumento do nível de escolarização da população brasileira, e em sua decorrência uma maior demanda pela expansão e democratização do ensino superior, tendo em vista que o sistema de ensino atual desempenha um papel importante na determinação de colocações no mercado de trabalho. Assim, a “educação parece ser um dos maiores mecanismos de mobilidade social, visto que, muitas vezes, ela proporciona uma mudança de status do indivíduo que resulta na transição da sua posição social em uma outra” (BASTOS, 2004, p. 09).

De acordo com Dubet (2015), dizer que os sistemas de ensino superior se democratizaram significa que instituições de educação superior, até então reservadas à elite social, agora incluem frações economicamente menos favorecidas. Ademais, salientamos a existência das desigualdades raciais até mesmo quando as desigualdades de classe são consideradas, de acordo com o que afirma Soares e Alves (2013).

Nesse sentido, foram estruturadas diversas políticas públicas voltadas à heterogeneização do acesso ao ensino superior. No entanto, isto não significa dizer que a heterogeneidade do corpo de alunos, fruto da criação destas políticas, alcança as instituições e os cursos como um todo. Junto às políticas, novos modelos de exclusão foram criados para que espaços de prestígio sigam reservados à ocupação da elite social.

Dentre essas iniciativas, citamos: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), a adoção de políticas de ação afirmativa, a implementação da Lei n.º 12.711/12 nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) – conhecida como Lei de Cotas, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), entre outras.

De acordo com Barbosa (1994), o que ocorre é que as profissões se tornam os grupos profissionais, que segundo a relevância que a estrutura sociocultural que estão inseridos lhes

dá, terão capacidade de organizar as relações sociais, capacidade esta que passa a influenciar a estruturação e hierarquização do mundo social como um todo.

Deste modo, segundo afirma Vargas (2010), existe uma hierarquia impermeável entre as profissões que não permite o acesso a determinados postos profissionais, e anteriormente acadêmicos, de grupos não favorecidos economicamente. Medicina, Direito e Engenharia, nomeadas profissões imperiais por Coelho (1999), são historicamente prestigiadas no Brasil e exemplos de profissões que estabelecem uma atividade de preservação que vai de encontro à democratização do acesso.

Com a expansão do ensino superior, o setor privado tornou-se o maior responsável por este nível de ensino, sendo atualmente responsável por 88,4% das Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil, de acordo com o Censo da Educação Superior, de 2019. Assim, observa-se a relevância deste setor frente à formação dos estudantes que ocuparão os postos de trabalho futuramente, não podendo ser descartado em relação às políticas públicas que visam a democratização do acesso a este nível de ensino.

Aqui, discutiremos o desdobramento de uma das políticas de financiamento estudantil não reembolsável, o Programa Universidade para Todos (Prouni), na democratização do acesso ao curso medicina, como representante das “profissões imperiais”, com o objeto de verificar se a oferta de vagas disponibilizada pelo programa se estende ao curso que historicamente foi reservado para a elite socioeconômica. Para tal, foi utilizada uma abordagem metodológica quanti-qualitativa, usando como técnicas de coleta de dados: a análise bibliográfica e documental.

A escolha do programa, Prouni, se justifica pela relevância nacional do mesmo, sendo ele responsável por 23% das matrículas realizadas a partir do financiamento estudantil não reembolsável no Brasil, conforme o Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019. Já o curso de medicina foi escolhido com base no seu imenso prestígio e no alto valor de sua mensalidade nas IES privadas, que oscila entre os valores de R\$ 3.641,24 até R\$ 12.850,00 (ESCOLAS MÉDICAS DO BRASIL, 2020); no país onde o salário mínimo é no valor de R\$ 1.212,00, de acordo com a MP Nº 1.091, de 30 de dezembro de 2021.

ProUni e a democratização do Ensino Superior

Atualmente, as Instituições de Ensino Superior Privadas são responsáveis por 75,8% das matrículas neste nível da educação, totalizando 6.523.678 matrículas, de acordo com o Censo

da Educação Superior de 2019. Daí, emerge a importância de lançar luz a este setor do ensino, quando se discute a democratização do acesso ao ensino superior e conseqüentemente aos postos de trabalho.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, é um programa de financiamento estudantil não reembolsável, destinado à oferta de bolsas integrais e parciais (50%) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas brasileiras de ensino superior, que concederão as bolsas em troca da isenção de tributos, de acordo com a legislação supracitada.

As bolsas integrais são concedidas aos estudantes com renda bruta familiar de até 1,5 salário mínimo por pessoa. Para os alunos com renda bruta familiar de até 3 salários mínimos por pessoa, poderão ser concedidas bolsas parciais de 50%.

Ademais, a aderência ao programa só é possibilitada aos candidatos que tenham cursado todo ensino médio em escola da rede pública ou como bolsista integral de escola particular, para pessoas com deficiência, e ainda para professores da rede pública, que estejam exercendo o magistério na educação básica e integrem o quadro de pessoal permanente da instituição e que estejam concorrendo a bolsas para licenciatura ou pedagogia, somente neste último caso não será exigida comprovação de renda.

A possibilidade de alunos que cursaram o ensino médio em instituições privadas na condição de bolsista integral acessarem o ensino superior através do Programa Universidade para Todos, foi decretada na Lei 14.035, de 25 de maio de 2022, conversão da MP 1.075/2021. Assim, o período analisado neste trabalho não contempla esta condição.

É preciso se atentar ao programa e analisar como ele se estabelece atualmente, já que o mesmo é responsável por 23% do financiamento estudantil nacional não reembolsável, e por esse motivo esta política foi escolhida para o trabalho em questão.

A partir da criação do ProUni, muito se ouve no interior das universidades que a democratização do ensino superior em avanço e construção nas IES públicas a partir das políticas de ação afirmativa, também é observada nas IES particulares por intermédio do programa. Neste diapasão, Saraiva e Nunes (2011) na conclusão de sua pesquisa afirmam que “os principais resultados sugerem que o ProUni cumpre seus objetivos por proporcionar o acesso à educação superior de segmentos sociais desfavorecidos do ponto de vista socioeconômico”.

De acordo com Corbucci (2004, p. 698), o programa “constitui iniciativa, ainda que tímida, de redistribuição indireta da renda, ao transferir recursos de isenção fiscal a estratos populacionais mais pobres, já que tais recursos, caso fossem arrecadados, não beneficiariam necessariamente esses grupos sociais”.

Nesse sentido, este trabalho buscará, a partir dos dados, compreender se a democratização atribuída ao programa também se estende ao curso de medicina – profissão imperial de grande prestígio.

Metodologia

O estudo se insere na linha de pesquisa de políticas públicas e desigualdades educacionais, que investiga a democratização da educação.

A fim de verificar se o ProUni ofereceu um número de vagas capaz de possibilitar a ocupação deste curso por uma população heterogênea, foram utilizados os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação Nacional (MEC), Planos de Dados Abertos do ProUni do período de 2011– 2019, e do último Censo da Educação Superior – referente ao ano de 2019.

Para análise desta política, esta pesquisa se enquadra como exploratória, e se valerá de uma abordagem metodológica quanti-qualitativa, usando como técnicas de coleta de dados: a análise bibliográfica e documental e descritiva. A investigação se caracteriza como um estudo de caso, pois irá analisar o caso do curso de medicina.

Medicina: quem ocupa esse espaço?

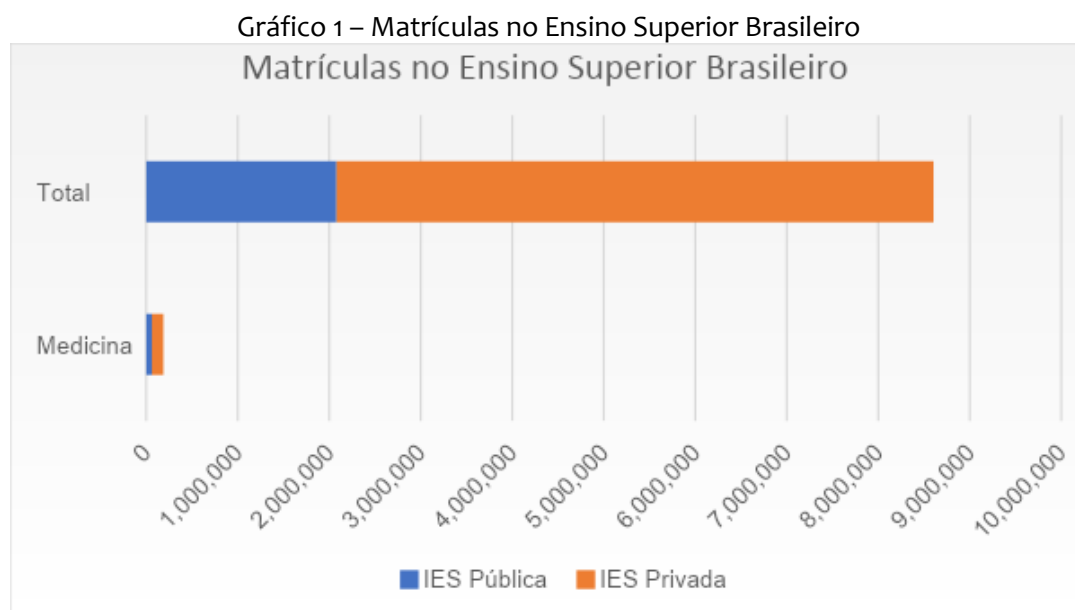
Em nosso país existe um imaginário sobre certas profissões, baseado muitas vezes em seu prestígio social e econômico, que acaba por criar uma hierarquização das profissões. Além desse imaginário, outras demandas como o alto custo nas despesas para além da mensalidade dessas graduações, como materiais, livros, congressos entre outros custos, faz com que não apenas o acesso, como também a conclusão desses cursos de maior prestígio seja protegida, pelo e para um seletivo grupo, mais favorecido financeiramente.

Com a instituição de políticas públicas voltadas à popularização do ensino superior, outros métodos de proteção foram criados pela elite social, sendo a oferta de vagas reduzida para determinados cursos, uma importante ferramenta para limitar o número de ingressantes desfavorecidos economicamente.

Prouni para o acesso ao curso de medicina: uma análise descritiva

De acordo com Vargas (2010), dentre os cursos de maior prestígio Medicina é o mais elitizado, o que se comprova ainda nos dias atuais, pelo alto valor de sua mensalidade, entre R\$ 5 mil e R\$ 12 mil (ESCOLAS MÉDICAS DO BRASIL, 2020), e o pequeno número de vagas ofertadas; no país onde o salário mínimo é no valor de R\$ 1.212,00.

O número de alunos matriculados no curso de Medicina no ano de 2019 era inferior a 1% do número de estudantes do ensino superior, conforme se observa no gráfico 1.



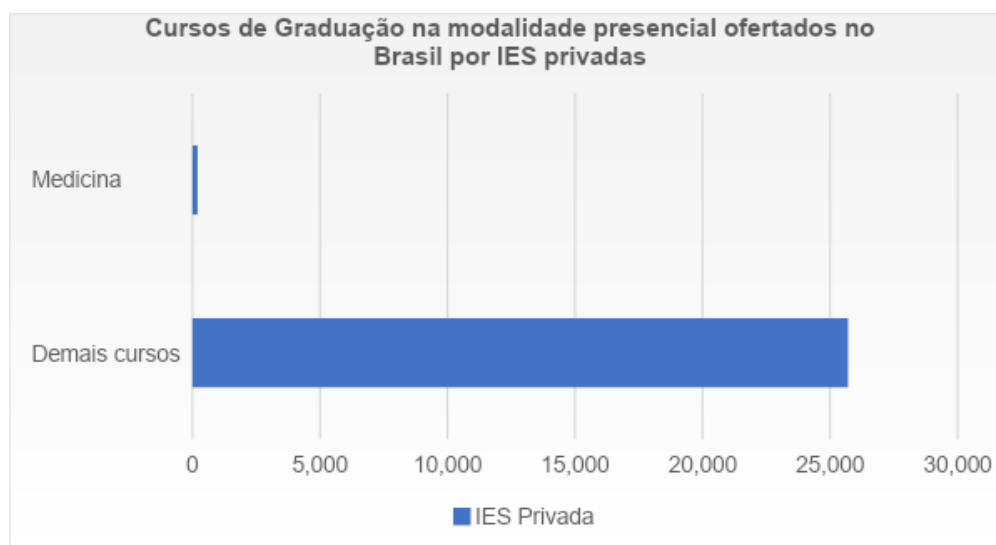
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Sinopse da Educação Superior 2019.

*Total de matrículas considera a soma das matrículas dos cursos EAD e presenciais

* Cabe destacar que o curso de medicina é ministrado somente na modalidade presencial

Dos 187.710 estudantes de Medicina matriculados, 66.9% eram vinculados à IES privadas, de acordo com a Sinopse Estatística da Educação Superior 2019. Em comparação com as IES públicas, que não possuem a cobrança da mensalidade, podemos observar então que a grande maioria dos estudantes desses cursos possuem capacidade econômica de arcar com os gastos sobre a mensalidade, que já mencionamos anteriormente, ter um alto valor em comparação com o salário mínimo do país.

Gráfico 2 – Cursos de Graduação na modalidade presencial ofertados por IES privadas

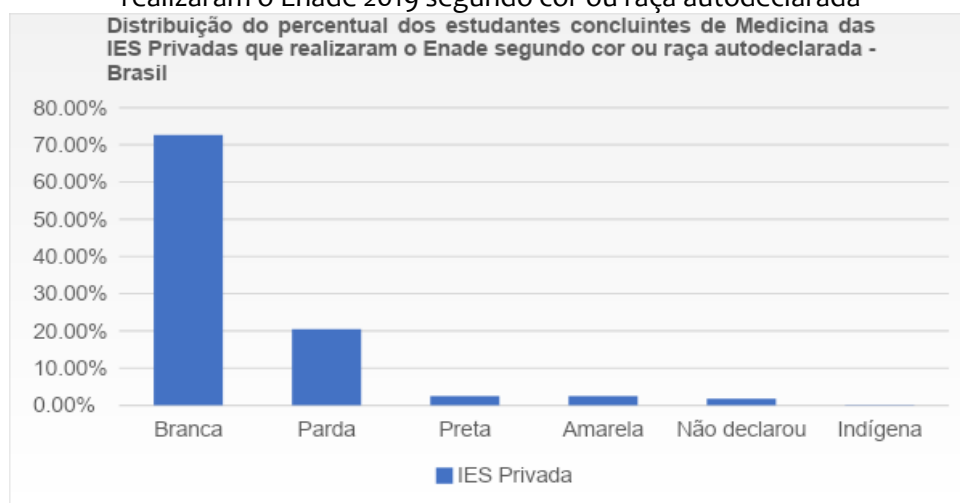


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Sinopse da Educação Superior 2019.

Fator interessante a se considerar é o número de cursos de Medicina ofertados, diante da demanda. No Brasil, há 2.306 IES privadas que ofertam 25.703 cursos na modalidade presencial, e estas instituições somente oferecem 181 cursos de Medicina. No ano de 2019, segundo dados da Sinopse Estatística da Educação Superior (2019), haviam 10 candidatos para 1 vaga no curso de Medicina.

Ademais, para conhecimento do perfil dos estudantes de medicina, analisemos os dados gerados a partir do Enade 2019, realizado por 20.618 alunos concluintes da graduação em Medicina, a partir dos gráficos 3, 4 e 5.

Gráfico 3 – Distribuição do percentual dos estudantes concluintes de Medicina das IES Privadas que realizaram o Enade 2019 segundo cor ou raça autodeclarada

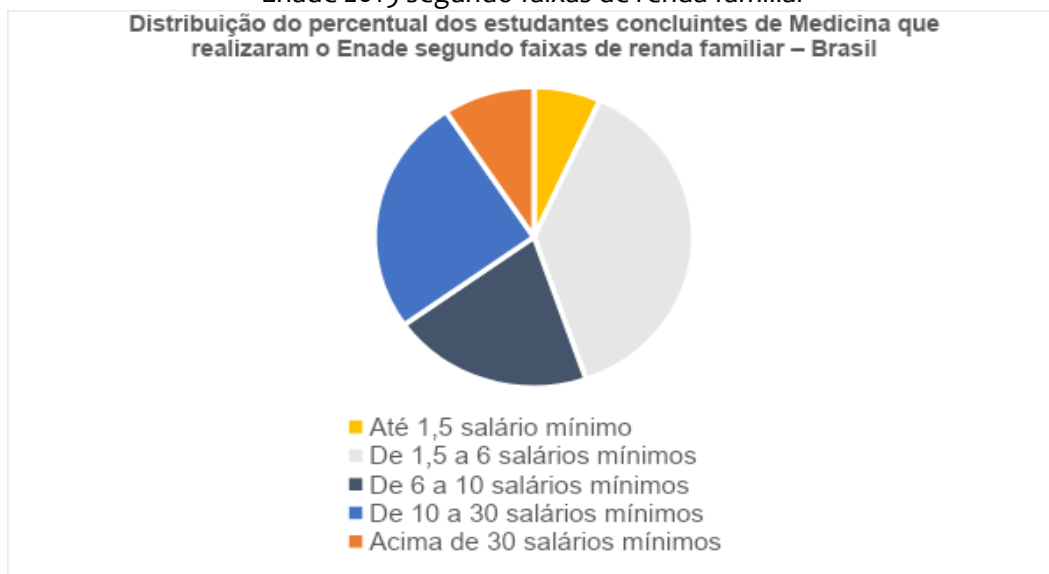


Fonte: Elaborado pelos autores com base na Demografia Médica no Brasil 2020.

Dentre os concluintes de Medicina em 2019, quanto à autodeclaração destes, 67.1% são de cor/raça branca, 24.3% de pardos, 3.4% de cor preta, 2.5% de cor amarela e 0.3% indígenas. Para além destes, 2.4% não quiseram declarar.

Podemos traçar aqui, então, uma relação entre raça/cor e os concluintes deste curso. Dentro deste recorte, observamos com base nestes dados que a grande maioria dos profissionais formados por este curso, além de estarem se formando em IES privadas, nestas IES o público que prevalece são as pessoas de cor/raça branca. A soma dos demais (pardos, negros, amarelos, indígenas e até mesmo os que não quiseram se declarar), não chega à metade do total de pessoas que se declararam brancas, logo, no perfil dos concluintes deste curso o recorte de raça também está presente de forma notória.

Gráfico 4 – Distribuição do percentual dos estudantes concluintes de Medicina que realizaram o Enade 2019 segundo faixas de renda familiar



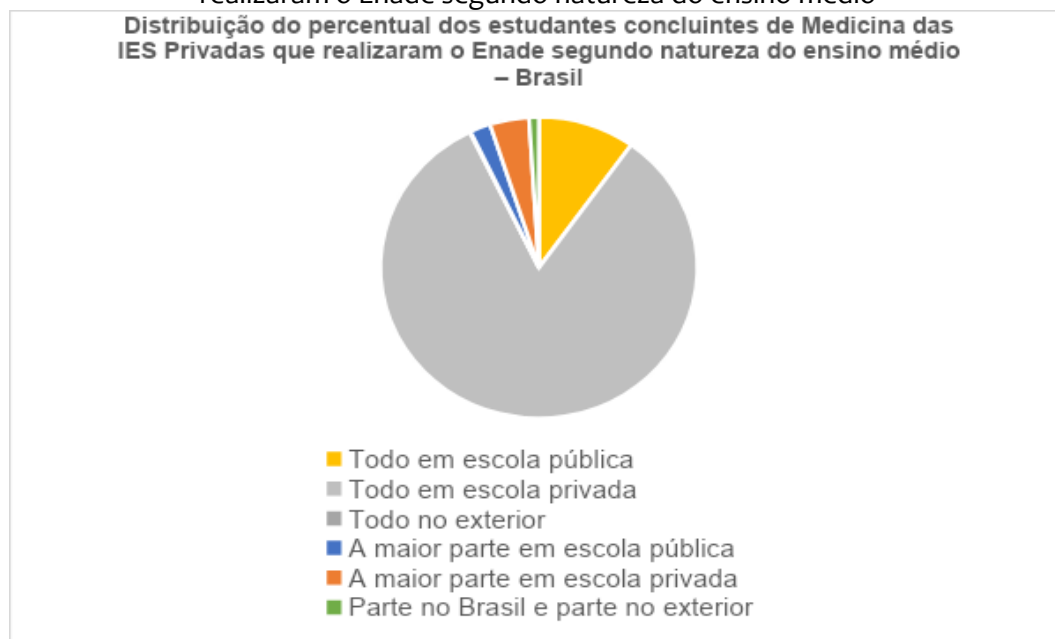
Fonte: Elaborado pelos autores com base na Demografia Médica no Brasil 2020.

Acerca das faixas de renda familiar, a maioria está concentrada de 1,5 a 6 salários mínimos compondo 37.9% do total, seguida de 10 a 30 salários mínimos que têm 25.6% dos estudantes, a faixa de 6 a 10 salários mínimos apresentou 20.4%, enquanto 9.3% têm renda acima de 30 salários mínimos, e somente 6.8% estão alocados na renda familiar de até 1,5 salário mínimo.

Verificamos aqui que a camada com menor poder aquisitivo (até 1,5 salário mínimo) compõe a menor parcela da população total dos concluintes deste curso, segundo os dados do Enade de 2019. Um pouco mais da metade destes estudantes possuem poder aquisitivo

acima de 6 salários mínimos (55.3%), o que demonstra que grande parcela destes está situada dentro das classes socioeconomicamente mais privilegiadas. Para além do recorte racial feito anteriormente, podemos observar também um recorte de classe, em que a maioria dos concluintes do curso estão entre as classes média e alta da sociedade.

Gráfico 5 – Distribuição do percentual dos estudantes concluintes de Medicina das IES Privadas que realizaram o Enade segundo natureza do ensino médio



Fonte: Elaborado pelos autores com base na Demografia Médica no Brasil 2020.

A partir deste gráfico, podemos observar que a origem escolar é um parâmetro interessante a se analisar, e possivelmente tem relação com a análise anterior que trata do nível socioeconômico. Nota-se que os cursos de Medicina oferecidos por IES privadas são compostos majoritariamente de estudantes que passaram toda suas vidas acadêmicas em instituições privadas de ensino, chegando a 82.90% do total dos respondentes, segundo a Demografia Médica no Brasil (2020).

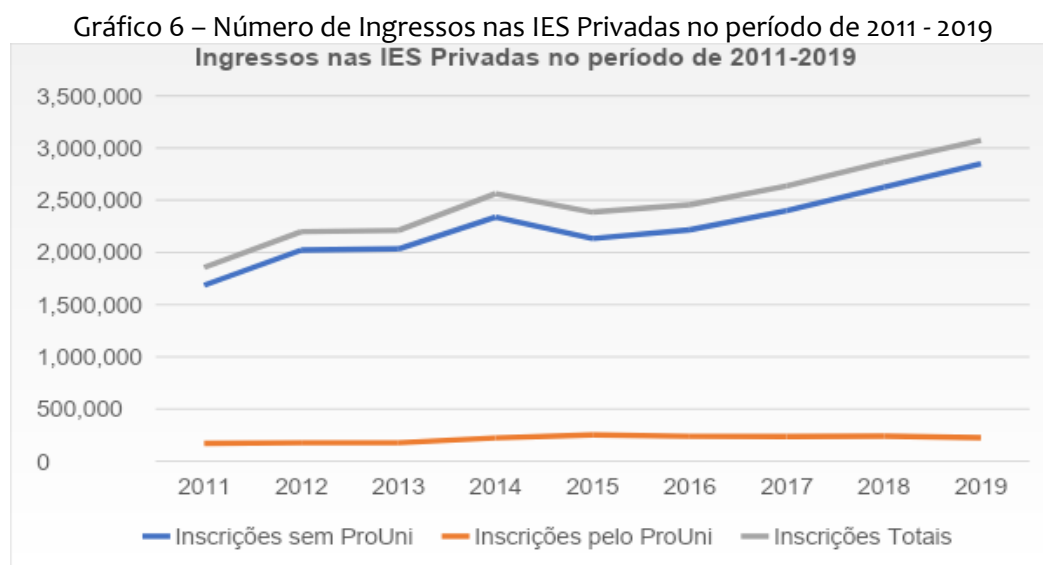
Comparando com os que estudaram integralmente ou parcialmente em escola pública (12%), conforme a mesma estatística, vemos uma distância muito grande, e distância esta que juntamente com questões relacionadas a renda/classe econômica, impactam no acesso e formação de pessoas das camadas mais populares e de origem de instituições públicas de ensino básico nestes espaços.

Prouni para o acesso ao curso de medicina: uma análise descritiva

Assim, pelo exposto nesta parte do trabalho, é possível observar que a carreira Médica ainda está concentrada nas mãos da camada socioeconomicamente mais privilegiada, que em sua maioria cursou o ensino médio em instituições privadas e de cor/raça branca.

O ProUni e o curso de medicina: análise da relação

O Programa Universidade para Todos surgiu como um instrumento de democratização da educação superior no Brasil, uma importante ferramenta para tornar o ensino superior privado plural e diverso, nesta parte da pesquisa verificaremos a relação do programa com o curso de Medicina nos últimos anos.

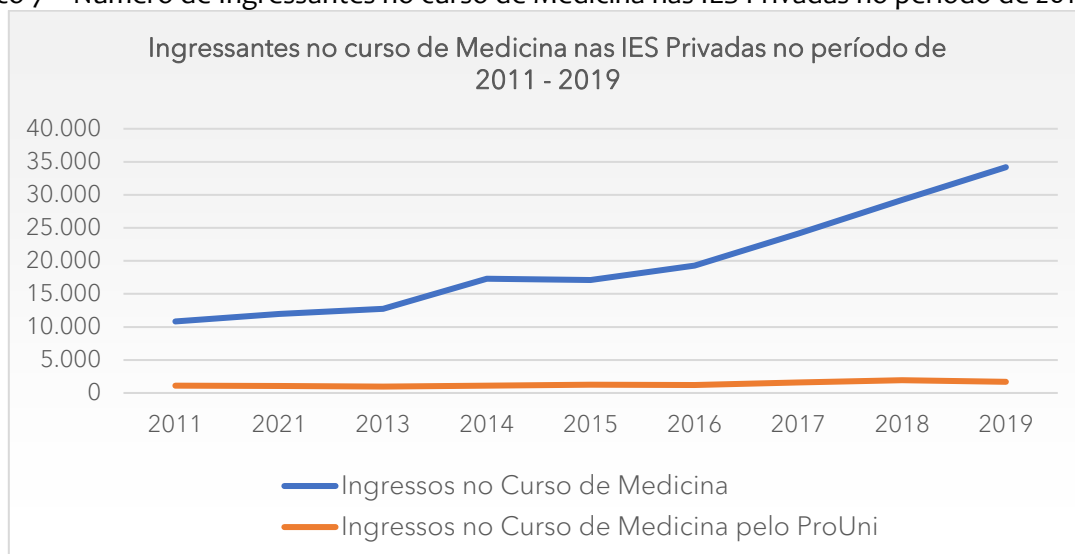


Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo da Educação Superior 2019 e Planos de Dados Abertos ProUni dos anos de 2011 - 2019.

A partir do gráfico 6, observa-se que o número de alunos que ingressaram no nível superior de ensino através do ProUni não se expandiu de modo a acompanhar o número de alunos ingressantes no nível superior nas Instituições de Ensino sem a utilização do programa. Em 2011, 1.856.015 estudantes ingressaram nas IES Privadas, sendo 170.766 deles, pela política referida.

Já no ano de 2019 tivemos 3.074.027 alunos acessando este setor acadêmico por instituições privadas de ensino, com 225.555 pelo ProUni. Assim, no decorrer desse período, enquanto o número de estudantes que ingressaram nas IES Privadas cresceu 65%, a oferta de bolsas do ProUni aumentou em somente 32%. Cabe aqui destacar que durante este período o número de novos inscritos pelo programa não chegou a 10% no número total de ingressantes.

Gráfico 7 – Número de Ingressantes no curso de Medicina nas IES Privadas no período de 2011 - 2019

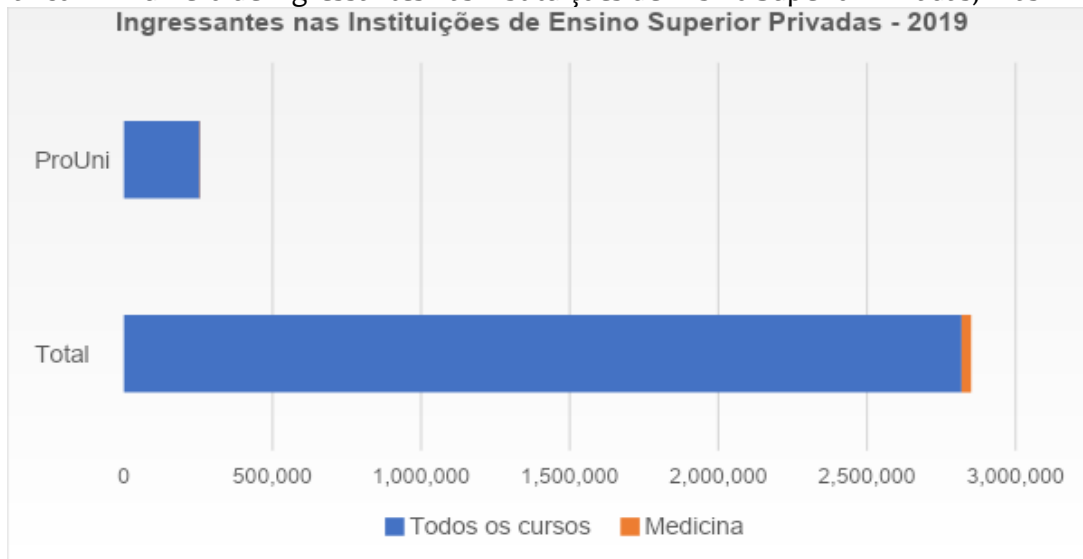


Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo da Educação Superior 2019 e Planos de Dados Abertos ProUni dos anos de 2011 - 2019.

O gráfico 7 apresenta a relação entre os iniciantes no curso de Medicina nas IES Privadas não adeptos à política de democratização apontada e os bolsistas do Programa Universidade para Todos, demonstrando que enquanto o número de ingressantes mais que triplicou, passando de 10.829 em 2011, para 34.184 em 2019; o número de bolsistas ingressantes passou de 1.106 para 1.691, no mesmo espaço de tempo. Em percentuais, em 2011 o número de bolsistas representou 10% dos ingressantes; em 2019, somente 5.61% dos estudantes acessaram através do programa.

Como mencionado anteriormente, o programa é destinado a pessoas de baixa renda, e com esses dados conseguimos observar que, no curso de medicina, a entrada de pessoas com esse perfil ainda é bem pequena, mesmo com a oferta de um programa que isenta o estudante de pagar a mensalidade numa IES Privada (que como apontado acima é de pelo menos mais de três vezes o valor de um salário mínimo), o que numa perspectiva econômica seria uma das principais dificuldades que tal população encontraria para ingressar nessas instituições, e neste curso em específico.

Gráfico 8 – Número de Ingressantes nas Instituições de Ensino Superior Privadas, Brasil 2019

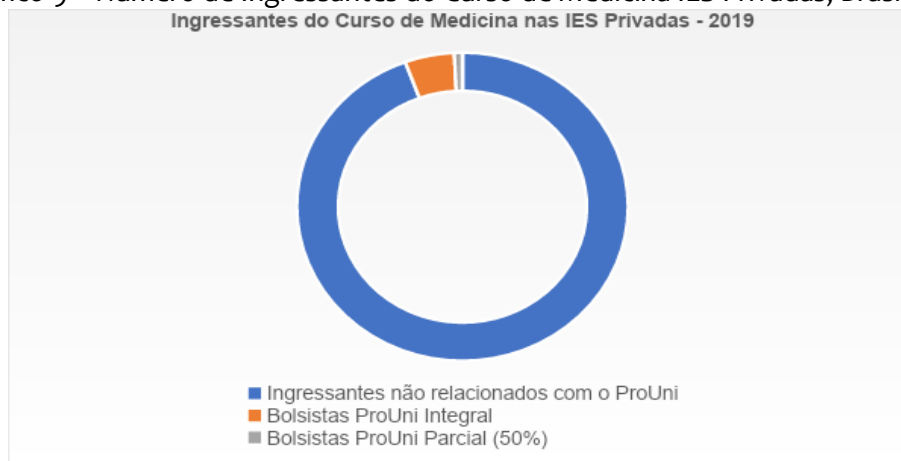


Fonte: Elaborado pelos autores com base na Sinopse da Educação Superior 2019 e Plano de Dados Abertos ProUni 2019.

No ano de 2019, 3.074.027 estudantes ingressaram nas novas vagas ofertadas nas Instituições de Ensino Superior Privadas, número este que representa 84.6% do total de Ingressos neste nível de ensino. Deste número, somente 8.31% dos ingressos se deram a partir do Programa Universidade para Todos (ProUni), que ofertou 255.555 vagas aos estudantes, sendo 167.807 bolsas integrais e 57.748 bolsas parciais (50%).

Podemos observar então que as IES Privadas - como mencionado na introdução -, são o maior responsável pelas vagas deste nível de ensino, e que a oferta do Programa Universidade para Todos é responsável por menos de 10% dessas vagas. A seguir olharemos mais atentamente para o curso de medicina.

Gráfico 9 – Número de Ingressantes do Curso de Medicina IES Privadas, Brasil 2019



Fonte: Elaborado pelos autores com base na Sinopse da Educação Superior 2019 e Plano de Dados Abertos ProUni 2019.

De acordo com o que se observa no gráfico 9, dos 34.184 ingressantes na graduação em Medicina, o programa de bolsas não reembolsáveis ofertou 1.921 vagas, 1650 integrais e 271 parciais. Deste modo, somente 5.61% dos estudantes que ingressaram no curso de Medicina do ensino superior privado em 2019, são bolsistas ProUni.

Com isso confirmamos o que dito anteriormente, sobre como este curso ainda ter uma entrada muito restrita a pessoas de baixa renda, ainda que as mesmas tenham a dispensa de arcar com os altos custos da mensalidade integralmente ou parcialmente, por meio de um programa social que oferece oportunidade de ingresso a essa população a espaços antes negados a elas. O ProUni, apesar de auxiliar a entrada de pessoas de baixa renda na graduação em IES privadas, pouco alterou a configuração elitista que o curso de medicina possui desde sua chegada ao país até os dias atuais.

Considerações Finais

Através do estudo, pode-se avaliar a oferta de vagas ao curso de medicina através do Programa Universidade para Todos (ProUni), no período de 2011 a 2019. Com a análise, percebe-se que embora o programa tenha ampliado as vagas ofertadas no decorrer dos anos, o mesmo não ocorreu para o curso em questão.

No mesmo sentido do estudo Costa e Ferreira (2017), que aponta que o ProUni propicia o preenchimento de vagas ociosas das IES privadas, proporciona isenção fiscal às instituições e encaminha estudantes para cursos menos concorridos. Segundo os autores, as análises revelaram limitações do programa em controlar a ocupação das bolsas destinadas entre 2005 e 2009, permanecendo em 2012 quando regulamentações já existiam (COSTA; FERREIRA, 2017).

Com a ampliação das vagas oferecidas ao ensino superior – visando a ocupação desse nível acadêmico e posteriormente as vagas de trabalho, por populações socioeconomicamente desfavorecidas - realizadas através de políticas públicas, como o Prouni, observou-se crescente o discurso de sucesso na democratização deste nível de ensino.

Contudo, no cenário nacional, entre os dificultadores para a democratização do ensino superior é o fato de que determinadas profissões apresentam um grau maior de prestígio social e econômico, acarretando em uma hierarquização das profissões e busca pela manutenção desse *status quo*. A medicina é um exemplo histórico de carreira valorizada pela

população, e tem como característica um recorte de classe acentuado, e uma entrada muito limitada de pessoas de baixa renda.

Nesse sentido, diante das análises realizadas neste trabalho, podemos concluir que pouco se modificou o perfil, das pessoas que possuem o acesso e formação neste curso. O contraste econômico e até mesmo racial, pode ser percebido pelos dados apresentados nesta pesquisa. Inicialmente, uma série de barreiras ao acesso nesta graduação - que acabam por caracterizar o curso por seu público socialmente homogêneo - podem ser observadas. Podemos citar como empecilhos, ou estratégias para manutenção das desigualdades, a relação candidato/vaga, o número limitado de cursos que são oferecidos pelas IES Privadas e o alto valor de sua mensalidade. E ainda, o alto custo incluído nas demandas como materiais, congressos, seminários e despesas extras, torna o acesso e a ocupação das camadas populares nesta graduação uma realidade muito distante.

Apuramos neste artigo que apesar da oferta de vagas ofertadas para o curso de medicina ter mais que triplicado, de forma gradual, do ano de 2011 ao ano de 2019, o número de vagas ocupadas através do Prouni se manteve praticamente inalterado.

Ainda que tenhamos um programa destinado a pessoas de baixa renda, que incentiva e propicia a entrada e conclusão deste público - que por muito tempo estava distante da vivência de ocupar espaços do ensino superior - a realidade é que o ingresso ao curso de medicina, ainda é marcado por essa ausência. Deixamos aqui então, a indagação sobre o cenário deste curso, e a reflexão sobre esta carreira de grande admiração e estima, e que tem um público que apresenta pouca diversidade, seja pela via socioeconômica ou pela raça.

Daí, emerge a necessidade de um olhar mais atento as carreiras com maior remuneração e prestígio, de forma a garantir seu acesso democrático com vistas a possibilitar a ascensão socioeconômica da população menos favorecida, através, e ainda a pluralização de setores reservados às elites, como a medicina.

Diante da análise, verifica-se a necessidade de maior controle da proporcionalidade da oferta segundo os cursos, de modo a garantir a pluralização e democratização de cursos de maior prestígio. Se faz necessário supor que estudos futuros possam analisar os problemas que levam as distorções nos números de bolsistas e número total de ingressantes nos cursos, sobretudo levando em consideração que as instituições de ensino superior privadas acumulam grandes somas de isenção em troca da quantidade de bolsas ofertados (HAAS; PARDO, 2017).

Referências

BARBOSA, M. L. O. **Em torno da legitimidade de um objeto: a sociologia das profissões.** Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.36, p.3-30, 1994.

BASTOS, A. P. B. L. **Herdeiros ou sobreviventes: mobilidade social no ensino superior no Rio de Janeiro.** 2004. 117f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Lei n. 11.096, 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei n. 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 14 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 06 JUN 2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2019.** Inep, 2020 Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em 08/06/2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019.** Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 08/06/2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019.** Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em 18/06/2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **2019 - Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários. 2020.** Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>> Acesso em 09/06/2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **2018 - Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários. 2020.** Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>> Acesso em 09/06/2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **2017 - Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários. 2020.** Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>> Acesso em 09/06/2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **2016 - Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários. 2017.** Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>> Acesso em 09/06/2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **2015 - Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários. 2017.** Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>> Acesso em 09/06/2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **2014 - Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários.** 2017. Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>> Acesso em 09/06/2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **2013 - Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários.** 2017. Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>> Acesso em 09/06/2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **2012 - Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários.** 2017. Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>> Acesso em 09/06/2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **2011 - Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários.** 2017. Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>> Acesso em 09/06/2021.

COELHO, E. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

CORBUCCI, P.R. **Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-702, out. 2004.

COSTA, Danielle Dias; FERREIRA, Norma-Iracema Barros. **O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência.** Avaliação (Campinas), v. 22, n. 1, p. 141-163, 2017. Doi: 10.1590/s1414-40772017000100008.

DUBET, François. **Qual democratização do ensino superior?** Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 74, p.255-266, ago. 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792015000200255&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jun 2021.

ESCOLAS MÉDICAS NO BRASIL. **Todas as escolas médicas.** 2021. Disponível em: <<https://www.escolasmedicas.com.br/escolas-medicas-todas.php>>. Acesso em: 02 de jul 2021.

HAAS, Celia Maria; PARDO, Rosangela Silva. **Programa Universidade para Todos (PROUNI): efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada.** Avaliação (Campinas), v. 22, n. 3, p. 718-740, 2017. DOI: 10.1590/s1414-40772017000300008.

HERINGER, Rosana R. **Expansão do ensino superior no Brasil: acesso, diferenciação interna e políticas de inclusão.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., Curitiba. Anais... Curitiba: Editora SBS, 2011.

SARAIVA, L. A. S., & NUNES, A. de S. (2011). **A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni.** Revista De Administração Pública, 45(4), 941 a 964.

SCHEFFER, M. et al., **Demografia Médica no Brasil 2020.** São Paulo, SP: FMUSP, CFM, 2020. 312 p. ISBN: 978-65-00-12370-8

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. **Desigualdades raciais no sistema educacional brasileiro de educação básica**. Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 147-165, jan./jun. 2003.

VARGAS, H. M. **Sem perder a majestade: “Profissões Imperiais” no Brasil**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.15, n.28, p.107-124, 2010.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Sobre os autores

Willer Moravia

Mestrando em Educação pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (Bolsista CAPES). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário São José. Integrante do Grupo de Pesquisa Laed - Laboratório de Avaliação da Educação (PUC-Rio).

E-mail: willermoravia@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1967-5481>

Mariana Coelho

Mestranda em Educação pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (Bolsista CNPq). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Grupo de Pesquisa EstetiPop - Laboratório em Estéticas, Cultura Pop/Popular e Antropologia (PUC-Rio).

E-mail: marigomescoelho@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5809-057X>

Recebido em: 01/06/2022

Aceito para publicação em: 26/07/2022